

BENS CULTURAIS MATO-GROSSENSES COMO RECURSOS TURÍSTICOS – DESAFIO PARA UMA ECONOMIA EMERGENTE

*Maria Clara Migliacio*¹

INTRODUÇÃO

O turismo vem ocupando uma posição de destaque entre as atividades econômicas de diversos países e regiões do planeta.

Organizações oficiais registraram, no ano de 1999, um montante de US\$ 3,8 trilhões de renda decorrentes da atividade turística no mundo, que representaram 11% do PIB mundial (World Tourism Organization e World Travel & Tourism Council *apud* Lage e Milone, 1999). Considerada a indústria que mais cresce no mundo, o turismo teria empregado naquele ano 260 milhões de pessoas, representando 10% da força de trabalho global.

Para o Brasil estima-se que cerca de 1,5 milhão de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, deverão surgir com o desenvolvimento da indústria do turismo, até 2010 (Barros, 1999). Assim, o turismo está sendo apontado como uma esperança de desenvolvimento econômico, uma espécie de “tábua de salvação” para algumas das principais mazelas brasileiras, decorrentes da inanição da nossa economia interna e das altas taxas de desemprego.

Em Mato Grosso, a despeito do desenvolvimento econômico vivido nos últimos anos – um dos maiores do país - a miserabilidade de grande parte da população não é menor. Um modelo econômico excludente, com alta concentração de renda, em que grande parte das atividades econômicas desenvolvidas demanda pouca mão-de-obra, paga baixos salários e gera poucos empregos, apesar da riqueza produzida.

A percepção do grande potencial turístico do Estado, creditado a atrativos os mais variados, que incluem ecossistemas

diversos, e internacionalmente conhecidos, tais como a Amazônia e o Pantanal, e ainda trechos do Planalto Central brasileiro, cada qual com as suas paisagens peculiares, e a uma cultura regional popular de expressão tradicional singular, vem se traduzindo em recentes grandes projetos governamentais voltados principalmente para o ecoturismo, visto também como alternativa frente à devastação das paisagens naturais em grande escala, decorrente das monoculturas, da criação extensiva de gado e da mineração, atividades que representam o tripé econômico do Estado. Projetos como o PROECOTUR, voltado para o desenvolvimento do ecoturismo no contexto geográfico da Amazônia Legal, e o componente turístico do PROGRAMA PANTANAL, popularmente conhecido como “BID PANTANAL”, objetivam alavancar o desenvolvimento da exploração turística, hoje incipiente, em áreas de grande potencial.

No presente artigo, pretende-se abordar alguns aspectos de um turismo que ensaia os seus primeiros passos no estado de Mato Grosso e que envolve bens de caráter cultural.

Não se trata de elaborar uma extensíssima lista de atrativos culturais existentes no Estado, e ainda por inventariar, ou de enaltecer os atributos desse patrimônio. Trata-se de empreender uma reflexão sobre o significado cultural que faz desses bens, atrativos, e sobre as condições requeridas para seu possível aproveitamento para fins turísticos.

Para tecer esta reflexão, será contextualizada, na medida do possível, a situação particular dos bens culturais do estado de Mato Grosso, dentro do universo conceitual do Turismo e de algumas questões críticas já apontadas por alguns autores, em relação ao aproveitamento turístico de bens culturais, com base em experiências vividas em regiões diversas.

BENS CULTURAIS MATO-GROSSENSES UM EXTENSO INVENTÁRIO

O turismo convencional, desenvolvido a partir da revolução industrial ocorrida no século XIX, apresenta hoje limites delineados, em grande parte, pela exaustão dos itinerários tradicionais e pelo esgotamento de um modelo que levou multidões de turistas a saturarem os lugares mais comumente explorados.

Desde a última década vem sendo apontada uma tendência para o crescimento de um tipo de turista caracterizado como *turista viajante* que, de acordo com Avighi, “busca a realização interior e dá ênfase ao meio ambiente e à compreensão da cultura e da história de outros lugares, quer conhecer povos e se enriquecer culturalmente” Avigni (1999, p. 102). Essa mudança no perfil do turista impõe à atividade do turismo um novo paradigma, que desloca sua atenção do objeto turístico *fetichizado* e mercantilizado, para centrá-la no enriquecimento cultural do próprio viajante. Assim, os bens de caráter cultural em áreas ainda não exploradas apresentam-se muito atraentes para aproveitamento turístico.

Nesse contexto, Mato Grosso possui um grande potencial para o desenvolvimento de um turismo cultural, já que possui um patrimônio extremamente diversificado, representado por bens culturais tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais), que podem estar associados tanto a ambientes naturais como a ambientes manejados ou construídos pelo homem.

Paisagens singulares, de grande relevância natural e portadoras de significados marcantes no imaginário mundial, como o Pantanal e a Amazônia, responsáveis por grande parte da biodiversidade do planeta, estão, com certeza, “na ordem do dia”. As paisagens resultantes das formas de vida humana que aí se desenvolveram - produto, portanto, da cultura - estão expressas por um patrimônio arquitetônico e urbanístico remanescente de uma colonização européia de quase três séculos e por um patrimônio arqueológico que dá conta de pelo menos 25 mil anos de pré-história,

além de toda uma cultura popular regional, expressa em culinária, técnicas, artesanias e festejos tradicionais e, ainda, em um linguajar muito próprio. Diversidade étnica que inclui expressiva presença indígena e de povos de origens diversas, todos esses elementos compõem o mosaico dos valores culturais mato-grossenses.

Esses bens culturais podem ainda ser agrupados nas mais diversas e múltiplas combinações, oportunizando variadas opções e recortes, articulando potencial de atratividade e tipo de interesse de turistas de variados perfis.

Tomando por base os bens geralmente considerados de interesse para o turismo cultural, fica evidenciado o potencial de Mato Grosso para a atividade, já que possui bens culturais que se enquadram em todas as categorias apontadas, por exemplo, por Swarbrooke (2000) como recursos turísticos de caráter cultural: atrações históricas, como paisagens, vilarejos, centros, museus, monumentos; igrejas, arquiteturas; mercados; atrações rurais; ofícios tradicionais; comidas e bebidas tradicionais; festivais e eventos especiais; jogos e esportes tradicionais; passeios e itinerários temáticos; locais de interesse especial para férias; e muitos outros recursos. No entanto, conforme já alertou Jorge Pires (1999), as metodologias de classificação existentes geralmente pecam por não primarem por uma visão orgânica e articulada do conjunto de atrativos e acabam produzindo um mero banco de dados isolados, não favorecendo o planejamento de um melhor aproveitamento turístico.

Esse autor defende a valorização do caráter plural das atrações, com base na idéia de que a presença de diversos recursos associados aumenta consideravelmente o poder de atração turística. Assim, tanto múltiplos interesses concentrados em um bem histórico isolado, como diversos bens que podem ser utilizados em conjunto, acarretam um aumento na atratividade dos bens de interesse turístico.

A título de exercício, tomemos o caso da capital, Cuiabá, cujos atrativos ainda não ganharam visibilidade, funcionando hoje mais

como base de apoio e passagem do turista, rumo ao Pantanal ou à Chapada dos Guimarães.

Cuiabá pode agregar diversos atrativos. Desde o seu centro histórico de três séculos de antigüidade, tombado pelo Governo Federal sob o título *Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá*, composto por cerca de quinhentos imóveis de épocas distintas sobre uma malha urbana setecentista, na qual alguns preciosos exemplares coloniais destacam-se individualmente, ou ainda se agrupam em significativos conjuntos. Um centro vivo, onde se misturam, com algumas residências remanescentes, o comércio popular e os mais diversos serviços, de ofícios quase desaparecidos, como sapateiro, alfaiate, relojoeiro, pequenos restaurantes populares, lojas de produtos tradicionais, como o guaraná, pequenas mercearias, lojas de artesanato popular e de artesanato indígena, vendedores ambulantes de ervas medicinais e de frutas silvestres da época ou colhidas em quintais, como a bocaiúva, a manga, o caju, entre outras.

Alguns bens arquitetônicos do centro histórico de Cuiabá se mantêm como cenário vivo de tradições seculares, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Através de seus festeiros é realizada anualmente, em homenagem ao santo negro, a *Festa de São Benedito*, reunindo, por vários dias, alguns milhares de pessoas em torno de celebrações religiosas e profanas. Outras tantas festas tradicionais são realizadas em Cuiabá, em função do *Divino Espírito Santo*.

Essa área central pode ser conectada a diversos outros bens de interesse histórico, localizados em outros bairros, tais como a Casa Cuiabana, a Igreja da Boa Morte e a Igreja Bom Despacho, e ainda com o antigo Mercado do Peixe – hoje *Museu do Rio Cuiabá* – com o Museu Histórico do Estado, Casa do Artesão, Arsenal de Guerra – hoje *Sesc Arsenal* - todos imóveis tombados pelo estado. Outras conexões podem ser feitas com áreas verdes, tais como o Morro da Luz e o Parque Mãe Bonifácia, e com bairros de cultura tradicional, como o Bairro São Gonçalo e os Bairros Bom Sucesso,

Passagem da Conceição e Sucuri, esses últimos já no município contíguo, Várzea Grande, lugares onde ainda se mantêm vivas atividades artesanais, tais como a pesca, a cerâmica, a tecelagem, o fabrico da farinha de mandioca e de doces caseiros, e as festas populares, como a *Festa de São Gonçalo* e a *Festa de São Pedro*, com suas comidas típicas e suas danças tradicionais - o *siriri* e o *cururu*.

O calendário cultural da cidade conta com alguns eventos anuais já consolidados, além daqueles tradicionais de cunho religioso, a exemplo do Festival de Cinema e do Salão Jovem Arte Mato-Grossense. A Festa do Pantanal e outras feiras de exposição, de interesse popular, também ocorrem anualmente.

Para passeio de um dia pode-se conectar Cuiabá a Santo Antonio do Leverger, alcançando-se em poucos minutos a pequena cidade ribeirinha, com sua comunidade de pescadores, *siririeiros* e *cururueiros*. Aí se pode apreciar a pesca artesanal na localidade de *Vereda*, contemplar ou mesmo subir o Morro de Santo Antônio, marco paisagístico tombado pelo estado, visitar a pequena vila de Varginha, implantada em torno de uma baía, padrão de ocupação característico das pequenas *currutelas* pantaneiras.

Em sentido diverso está Chapada dos Guimarães, a menos de uma hora de viagem, durante a qual já se pode usufruir a beleza cênica que oferecem as escarpas areníticas abruptas, entremeadas de cerrado e pontuadas de cachoeiras, que fazem a transição do Planalto para a Baixada Cuiabana. Um Parque Nacional, aberto à visitação, e a Igreja Matriz de Santana do Sacramento, construída no século XVIII e com belo acervo de arte sacra, são os atrativos principais. Outro relevo de transição para a Baixada, nas proximidades de Cuiabá, é representado pela Serra de São Vicente, de formação granítica coberta de matas onde predominam palmeiras de babaçu e onde é possível usufruir as águas termais.

Outras conexões rápidas, para passeios de um dia, são possíveis com cidadelas vizinhas, como Poconé e Acorizal, ambas

com atrativos próprios, como singelos conjuntos arquitetônicos coloniais nas suas áreas centrais. A primeira, localizada na entrada da rodovia Transpantaneira, realiza anualmente a tradicional *Cavallhada*, encenação da luta entre mouros e cristãos, representados por cavaleiros mascarados. A segunda, localizada Rio Cuiabá acima, ainda mantém viva a técnica construtiva da alvenaria de adobe e abriga famílias que se dedicam ao fabrico artesanal da farinha de mandioca, que se pode apreciar. Outras ainda poderiam ser citadas. Em todas essas localidades, o *siriri* e o *cururu* também se fazem presentes.

Longe de esgotar o inventário dos bens de interesse cultural que podem ser acessados diretamente de Cuiabá, estão aqui citados apenas aqueles de maior visibilidade e que já fornecem uma idéia do potencial turístico da cidade e seus entornos.

Exercícios semelhantes podem ser feitos tomando-se por objeto o complexo histórico e paisagístico representado por Vila Bela, com seu Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, com seus sítios arqueológicos do século XVIII, sua tradicional *Festança* e sua culinária típica. Ou, com Cáceres, com suas serras calcárias onde se fazem presentes grutas e cavernas, adornadas por espeleotemas e dolinas misteriosas, com seu bonito conjunto de edificações ecléticas do início do século XX, e por onde se acessa o Pantanal diretamente pelo rio Paraguai, numa região de grande concentração de sítios arqueológicos pré-coloniais, que envolvem duas áreas de conservação protegidas por legislação federal: a Estação Ecológica Taiamã e o Parque Nacional do Pantanal.

Outras áreas do Estado, como a região de Jaciara-Rondonópolis, com seus sítios arqueológicos de arte rupestre, assim como também Jangada-Bauxi, que apresenta fósseis de uma megafauna já extinta, e datações para a ocupação humana que estão entre as mais antigas do continente americano, são de grande potencial turístico. Isso sem falar da região norte do Estado, que mantém ainda trechos intactos de floresta amazônica, como o Parque Estadual do Cristalino e extensos sítios arqueológicos de arte rupestre a céu aberto,

nos municípios de Paranaíta e de Juara. E ainda nem foram elencados os atrativos do rio Araguaia e do rio Xingu, da Serra do Roncador, do Planalto dos Parecis e dos Alcantilados, e de tantos outros bens paisagísticos, arqueológicos e históricos, que compõem o patrimônio natural e cultural do estado de Mato Grosso.

Todo esse patrimônio possui atratividade, agregando um alto potencial turístico ao Estado. No entanto, o seu aproveitamento fica condicionado a outros fatores, relacionados à acessibilidade, conectividade e receptividade, ou seja, à existência da infra-estrutura necessária para que os recursos turísticos possam ser acessados, conectados uns aos outros, e ainda para que o turista possa ser recebido e alojado em condições aceitáveis.

E não só isso. Como já foi bem-lembrado pelo urbanista Eduardo Yázigi, as soluções não se resumem à melhoria da infra-estrutura necessária ao turismo, mas têm que dar conta daquilo que “começa quando se cruza a soleira de um hotel cinco estrelas, rumo à rua” (Yázigi, 1999: 7).

OS BENS CULTURAIS MATO-GROSSENSES NOS DIAS DE HOJE

Dada a natureza dos potenciais atrativos turísticos do estado de Mato Grosso, em sua quase totalidade pertencentes às esferas dos patrimônios natural e cultural, compostos por bens paisagísticos, arqueológicos, urbanísticos e arquitetônicos – nas suas expressões materiais – e por bens produzidos e mantidos pelos saberes e fazeres da cultura popular, tais como as festas e as técnicas tradicionais, a culinária, a música, a dança e o linguajar, torna-se bastante oportuno utilizar a base conceitual tecida por Yázigi (1999, 2001) para uma análise mais profunda e conseqüente do patrimônio mato-grossense, com vistas à sua utilização turística.

A idéia central nesta análise é o conceito de “*lugar*”, ampliado pelo autor, para auxiliar o planejamento do cotidiano e do turismo. Essa ampliação incorpora os conceitos de *alma*, ou de

personalidade do lugar, que podem ser entendidos como o seu próprio conteúdo. Assim, o lugar deixa de ser entendido apenas na sua dimensão física, para abarcar a vida que aí transcorre, ou seja, toda uma gama de aspectos materiais e imateriais da cultura, que se mantém por meio de uma relação íntima, de recíproca dependência com uma base físico-geográfica. Daí sua adequação para uma leitura do universo de bens que se pretende tratar.

Neste universo, a paisagem é o suporte do lugar. A partir de elementos da geografia física, em geral portadores de significados simbólicos, e incluindo objetos arquitetônicos e urbanísticos, tudo daí decorre ou transcorre: a vida humana que acontece no lugar, sua qualidade, características e singularidades que apresenta, são o reflexo das relações que mantém com o meio e vice-versa. A natureza e a qualidade das relações entre os habitantes e seu meio ficam em ambas expressas: se a relação entre a população e seu meio é amorosa, isso estará expresso no lugar, que poderá ser singelo, mas terá dignidade, inspirando bem-estar e segurança. Se a relação, ao contrário, for desrespeitosa, e o meio estiver maltratado, também as pessoas estarão maltratadas, e seu cotidiano, de alguma forma, refletirá isso.

E, com exceção de alguns espaços de acesso restrito ao turista, a exemplo de parques temáticos e cidades cenográficas, como já foi observado, “o espaço turístico não deixa de ser o espaço do cotidiano das pessoas que aí vivem” (Yázigi, 2001, p. 8). Disso decorre que para o desenvolvimento do turismo, não bastam atrativos turísticos e infra-estrutura, mas condições que vão mais além. O quê, em outras palavras, significa que desenvolvimento social é condição imprescindível para a sustentabilidade da atividade turística nos dias de hoje.

Analisando a situação de bens mato-grossenses potencialmente turísticos, com base nesse conceito de *lugar*, é possível descortinar a que distância estamos, em Mato Grosso, de uma possível prática de turismo sustentado.

Entre tantos estudos de caso que podem ser feitos com base em situações mato-grossenses, tomemos três cidades de origem colonial, localizadas junto a três dos principais rios do Estado, tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista geográfico: Cuiabá, junto ao rio de mesmo nome, Cáceres, junto ao rio Paraguai, e Vila Bela, junto ao rio Guaporé.

Voltemos a Cuiabá. Um de seus mais importantes bens de valor cultural é o seu centro histórico, com seu arruamento setecentista, implantado às margens do Córrego Prainha, na vertente oposta à do Morro da Luz. A cidade nasceu ali, da exploração do ouro junto ao córrego, que até umas poucas décadas atrás, após alguma chuvarada, presenteava ainda alguma pepita. No século XVIII a exploração do ouro se dava naquelas colinas da margem esquerda do córrego, onde foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e das quais o Morro da Luz representa hoje uma parte remanescente. O núcleo urbano foi então se conformando, na margem direita do córrego, com suas ruas estreitas e becos e o seu casario singelo decorrente de seu próprio processo histórico, no qual representou inicialmente mais uma unidade de produção aurífera da colônia, do que um núcleo urbano com funções administrativas.

Esta unidade histórico-paisagística composta pelo conjunto arquitetônico, córrego e colinas, foi destroçada por intervenções urbanísticas desastrosas, que ocorreram na segunda metade do século XX: o Córrego Prainha foi canalizado e tampado, transformando-se em via de trânsito rápido de veículos – a avenida Tenente-Coronel Duarte. O casario, que dava fundos para o córrego, teve, de repente, seus anexos e edículas ou mesmo áreas livres transformados em lojas comerciais de arquitetura de baixa qualidade, que se abriram para a via expressa. Foi aberta ainda, transversalmente, uma outra via de escoamento de veículos colina abaixo, entre a Igreja do Rosário e o Morro da Luz. Quebrou-se assim a unidade do conjunto.

Perderam-se também exemplares arquitetônicos significativos, entre os quais a Catedral do Senhor Bom Jesus do Cuiabá teria sido o mais importante. A título de construir-se uma

igreja moderna, a majestosa catedral foi demolida a dinamite na década de sessenta. Seria hoje o maior monumento construído em terra crua do centro-oeste brasileiro. Seus retábulos barrocos de madeira entalhada policromada foram parar em cima de caminhões como entulho de obra. O acervo de arte sacra que restou desse triste capítulo está guardado no Seminário da Conceição, há quarenta anos, à espera de cuidados de restauro.

A despeito do tombamento federal, que veio apenas tardiamente na década de oitenta, nenhum investimento significativo foi feito até agora para a recuperação física dessa área central da cidade. Único conjunto urbano colonial do centro-oeste brasileiro localizado em cidade que se manteve como capital de Estado está submetido à situação que implica desde a transformação de seu uso ao longo do tempo, o desgaste de edificações nas quais pouco se investiu para conservação, a pressão para verticalização e para a realização de alterações substanciais nas unidades arquitetônicas.

Resultado de três séculos de história, o centro histórico de Cuiabá sofre com a falta de cuidados, com intervenções precárias ou mesmo equivocadas, descaracterizantes, empobrecendo-se culturalmente. Em quase vinte anos de tombamento, o trabalho desenvolvido pelo órgão de preservação federal – o IPHAN⁽²⁾ – foi principalmente a aplicação de normas de controle de intervenções nos bens tombados, o que evitou que o centro histórico de Cuiabá se descaracterizasse totalmente ou que suas edificações coloniais desaparecessem por completo. Conseguiu-se também, através de parceria entre o IPHAN e a Prefeitura, retirar os painéis metálicos que na primeira metade dos anos noventa cobriam as fachadas de praticamente todas as edificações do conjunto histórico. Evoluiu também a relação dos comerciantes com os imóveis. Sendo a maioria dos comerciantes inquilinos, há uma década atrás todos queriam rasgar as suas fachadas de um extremo a outro para instalar portas metálicas de enrolar, sob a alegação da necessidade de segurança e de facilitação para entrada do cliente. Muitos realizaram esse tipo de obra clandestinamente. Hoje os problemas com obras clandestinas

estão mais controlados, embora ainda ocorram. Mas isso é muito pouco diante das necessidades do conjunto.

Em 2000 foi lançado um concurso público de âmbito nacional, para a elaboração de um projeto urbanístico e arquitetônico para o *Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá*. Com isso pretendia-se direcionar as intervenções dentro de uma ação integrada global, primeiro passo para a obtenção de recursos. As equipes que participaram foram unânimes na consideração de que não seria um caso de “revitalização”, já que esse centro histórico de Cuiabá caracteriza-se como uma área de uso intenso, mas sim, de recuperação física, pois se encontra fisicamente maltratado. Bons projetos foram propostos, mas, infelizmente, o concurso foi suspenso por via judicial, por razões que fogem ao seu próprio escopo, frustrando iniciativa tão promissora para a cidade e para seus habitantes.

Quem visita o centro histórico de Cuiabá sente um certo descaso público: lixo esparramado, pavimentação inadequada e desconfortável para o pedestre, praças descuidadas e com pouca ou nenhuma arborização, edificações abandonadas, algumas desfiguradas, profusão de fiação elétrica aérea disposta de forma caótica. Na área não contemplada com calçadão, a passagem do pedestre é ainda mais sacrificada, pois se disputa o exíguo espaço das calçadas, já extremamente sacrificado para aumentar a caixa de rolagem dos veículos, com postes de concreto e outros equipamentos.

O comércio aí instalado, que há poucos anos disputava a locação das edificações, hoje luta para se manter, com uma grande rotatividade entre lojas que abrem e que fecham. Cresce o número de imóveis que se encontram sem uso. Aumenta a cada dia o número de prostíbulos, explorando a miséria de meninas que mal saíram da adolescência e que se vestem com uns quase-trapos, chinelinhos velhos nos pés, talvez se submetendo à exploração sexual em troca de um prato de comida. Algumas vezes por semana, após a celebração carismática realizada na Igreja Senhor dos Passos, é fornecido um almoço para pessoas que se encontram em situação de mendicância,

vítimas das drogas ou do desemprego, que não raras vezes são encontradas dormindo espalhadas pelas calçadas nas imediações daquele templo.

Importante patrimônio da cidade é representado ainda pelo rio Cuiabá, referência cultural para um modo de vida ribeirinho que, junto dele e em sua função, se definiu, imprimindo uma identidade própria à população. Denomina-se *cuiabano* não o habitante da cidade de Cuiabá, mas todo ribeirinho que habita desde as nascentes desse rio até a sua confluência com o rio Paraguai. O Cuiabá, cantado em verso e prosa, ícone freqüentemente presente nos trabalhos dos artistas plásticos mato-grossenses, berço e fonte de alimento para a população tradicional, já se ressentia da paulatina supressão de suas matas ciliares e do recebimento do esgoto da cidade. Após a construção da usina hidrelétrica que represou seu principal formador – o rio Manso –, a situação ficou ainda mais drástica. Com o fechamento das comportas de seu imenso reservatório no ápice da estação seca, nunca mais se viu o Cuiabá cheio. Interferiu-se até no ciclo de reprodução dos peixes, e o ribeirinho teve que viver com salário mínimo pago pelo governo do Estado, para não ficar na mais absoluta privação. O preço do peixe de rio elevou-se, ficando mais caro do que o peixe de mar, que atravessa cerca de dois mil quilômetros por via terrestre para chegar até este mercado. Com tantos recursos hídricos, a escassez de água potável já se faz sentir em Cuiabá, não por falta de fontes, mas por falta de sua proteção e destinação para abastecimento humano.

Em outro núcleo urbano de Mato Grosso de alto potencial turístico, vejamos o que acontece. A cidade de Cáceres foi fundada no século XVIII, como parte da geopolítica que permitiu o avanço dos portugueses para além dos limites iniciais da Colônia. O núcleo inicial da então *Vila Maria* foi implantado na margem esquerda do rio Paraguai, conformando-se em torno de uma grande praça e de acordo com normas de construção bem determinadas, que podem ser consideradas seu primeiro ‘código de obras’ (De Pinho e Migliacio, 2001). O arruamento do núcleo inicial conservou-se até os dias de

hoje. Já quanto à antiguidade das edificações, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para investigar-se, entre as construções antigas que aí estão, se há remanescentes do século XVIII que possivelmente sobrevivem, embora transfigurados, já que não raras vezes são encontradas, na arquitetura brasileira, edificações coloniais que receberam elementos de épocas posteriores, especialmente fachadas ecléticas, como parece ser o caso de Cáceres.

O fato é que Cáceres possui hoje um significativo conjunto de casarões ecléticos, que exibem em suas fachadas datas do início do século XX, herança de um ciclo econômico pautado no extrativismo da borracha e da poaia, e da navegação comercial do rio Paraguai.

Dado o grande apelo visual dos casarões ecléticos, que nos últimos anos receberam em suas fachadas cores berrantes, essas edificações têm sido privilegiadas pelas administrações municipais, enquanto outras edificações, de tipologia colonial e, portanto, de aparência mais singela, vêm ruindo uma a uma, menos por abandono e mais por demolição deliberada. Adicionalmente, inserções inadequadas já aparecem em meio ao conjunto, representadas por predinhos de dois ou três andares, sem nenhuma qualidade arquitetônica. Com isso, vai-se destruindo a ambiência do conjunto, comprometendo a paisagem e perdendo qualidades singulares do lugar. Entre outros aspectos, perde-se também em recursos turísticos.

Não menos grave é a situação do Córrego Sangradouro que, após atravessar uma área lindeira ao núcleo urbano inicial de Cáceres, lança-se no rio Paraguai. Até pouco tempo o córrego era transposto pela *Ponte Branca*, que fazia a ligação da área central ao tradicional bairro *da Cavahada*. Não era tão antiga aquela ponte, mas foi cenário das brincadeiras de infância dos adultos de hoje. Aconteceu que o Córrego Sangradouro, como tantos outros cursos d'água que tiveram por destino ver chegarem as cidades, acabou se transformando em esgoto a céu aberto.

Depois de anos no abandono, o Sangradouro acabou sendo contemplado por verbas governamentais, que concebeu, como

solução, a canalização e a tapagem do córrego. Para executar tal projeto, seria preciso demolir a *Ponte Branca*. A população protestou, mobilizou-se, paralisou a obra com liminar judicial, acampou junto à ponte para sua defesa. Mas, a despeito de tudo, a *Ponte Branca* foi destruída. O córrego hoje está canalizado e tapado, despejando esgoto no rio Paraguai, a uns poucos metros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Nas últimas décadas Cáceres vem despertando para o turismo. A despeito das tantas belezas naturais oferecidas pelo Pantanal, que justificariam um turismo contemplativo ou do tipo “safári fotográfico”, o que aí vem se praticando é pautado essencialmente no atrativo da pesca. Além de algumas sedes de fazendas históricas que vêm sendo usadas como “pousadas”, alguns hotéis foram construídos às margens do rio Paraguai e de seus tributários, removendo trechos de matas ciliares. Em geral utilizam áreas mais elevadas do terreno para implantar as edificações, recorrentemente atingindo sítios arqueológicos, já que as populações pré-coloniais escolheram as mesmas áreas, livres das inundações, para implantarem as suas aldeias. A arquitetura desses hotéis via de regra é descontextualizada, sem referência cultural. Nenhum padrão pantaneiro é utilizado na concepção arquitetônica desses hotéis, constituídos geralmente por conjuntos de apartamentos dispostos em linha, com uma piscina no centro. Ali o turista pode sentir-se em qualquer lugar do mundo, menos no Pantanal.

Concorre, ainda, com um projeto de aproveitamento turístico do Pantanal de Cáceres o polêmico projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná. Tal projeto, que transformaria o rio Paraguai num grande canal para escoamento de soja, suscitou a organização da sociedade civil em defesa do rio, já que a navegação pretendida multiplicaria, em muitas vezes, aquela que vem sendo aí praticada e que já causa danos ao meio ambiente. Aqui, como no caso do rio Cuiabá, depara-se com a situação de decidir-se sobre a destinação de uso de um recurso hídrico. Não se pode ter tudo ao mesmo tempo. Isto é, não se pode destinar o rio para navegação de grande porte sem causar

danos à vida silvestre no Pantanal, aos pescadores ribeirinhos e ao patrimônio arqueológico. Com a pretendida hidrovia, certamente o projeto de aproveitamento turístico do Pantanal de Cáceres ficaria bastante comprometido, senão inviabilizado.

Em Vila Bela situações como essas já começam a se insinuar.

Fundada em 1752 pelo Capitão-General Rolim de Moura, à margem direita do rio Guaporé, para sediar a primeira capital da recém-criada província, Vila Bela recebeu admiráveis obras: cais do porto; igrejas Nossa Senhora do Carmo, de Santo Antonio dos Militares, e Matriz; Palácio dos Capitães-Generais, Quartel, Olaria Real, além de moradias. Seus embasamentos de pedra-canga, que se conservam até os dias de hoje, permitem a leitura da planta original da cidade, constituindo-se não só em um sítio arqueológico histórico de dimensões urbanas, como em um recurso turístico singular. O austero Palácio dos Capitães-Generais e as Ruínas da Igreja Matriz, bens tombados pelo Governo Federal como patrimônio histórico brasileiro, são as edificações oficiais remanescentes (Freire e Conte, 2002). Também algumas edificações setecentistas, destinadas à moradia, surpreendentemente ainda resistem, embora em situação bastante delicada.

A falta de investimentos em conservação e restauração alia-se à ausência de instrumentos de gerenciamento urbano, que direcionem as intervenções físicas na área do centro histórico de Vila Bela para a valorização de seus atributos coloniais remanescentes, tais como a sua malha urbana, a volumetria das edificações e a sua disposição junto à testada dos lotes, e ainda a conservação dos exemplares coloniais. Essas carências vêm conduzindo a uma paulatina descaracterização do conjunto e de sua ambiência.

Se os testemunhos coloniais já estavam submetidos ao desgaste pelo tempo, com a chegada de investimentos e especialmente com a recente pavimentação asfáltica da BR-174, a descaracterização e decorrente degradação do ambiente deverão ocorrer num ritmo

muito mais acelerado e alcançarem profundidade muito maior. Algumas evidências já apontam para essa direção.

O asfaltamento do acesso principal à cidade em 2001 inseriu uma via de trânsito rápido em meio ao complexo arqueológico, separando os remanescentes da Igreja Santo Antônio dos Militares e do antigo cais do porto das outras estruturas arqueológicas e arquitetônicas setecentistas. A idéia de destinar-se o conjunto das estruturas remanescentes da igreja e suas imediações para visitação pública, tratando-o com um bem público através de projeto paisagístico e equipando-o com referências históricas, agora já conta com um fator complicador, de impacto, antes mesmo de ser realizado. Como compatibilizar esse asfalto, que não considerou o patrimônio ao se imiscuir no interior do conjunto?

Do sítio arqueológico da Igreja Santo Antônio dos Militares, localizado junto ao cais do porto do rio Guaporé, e que se pretende destinar para uso de praça pública, descortina-se a vista de uma praia de areia branca, usada hoje para lazer da população. Para além do rio fica o poente, direção em que se insere a Serra de Ricardo Franco, marco paisagístico monumental da cidade. Nesse trecho do rio, dado constituir-se em uma baía, vêm os botos, cinza e rosa, fazerem acrobacias todas as tardes. Transpondo o rio, em ponto fronteiro à antiga Olaria Real e ao primeiro porto da Vila, está instalada uma bonita ponte de madeira, que se insere no conjunto paisagístico com harmonia, fazendo jus à designação de 'obra de arte'.

Com a intervenção já em andamento, representada pela construção de uma ponte de concreto neste mesmo ponto, sacrifica-se mais uma vez a paisagem. Pretende-se construir ainda uma alça de acesso da BR-174 até essa ponte de concreto, atravessando com a obra um pequeno trecho de três quilômetros, que incide sobre uma área que apresenta estruturas históricas de pedra, de significado ainda ignorado, atingindo também um canal que ligava o centro da cidade colonial ao rio Guaporé e ainda a área da Olaria Real e seu porto (Zanettini Arqueologia, 2002). Essas são intervenções que, com certeza, vão em sentido contrário ao da conservação da qualidade

paisagística e ambiental, que, entre outros aspectos, representam parte significativa do potencial turístico do lugar.

Outro grande atributo de Vila Bela é a sua tradicional *Festança*, que como coroação de três festas, de caráter religioso e profano, tradicionalmente realizadas pela comunidade negra – a Festa de São Benedito, a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa das Três Pessoas da Santíssima Trindade (Freire e Conte, 2002), mobiliza no mês de julho toda a cidade. A *Festança* é preparada durante todo o ano, desde as relações e decisões comunitárias de caráter social que envolve, até a sua realização como evento cultural. Essa preparação inclui a produção de comidas e bebidas típicas, que são distribuídas a todos os participantes e à população presente. Nos últimos anos a *Festança* tem atraído pessoas de todo o Estado e de todo o país, especialmente representadas por pesquisadores, que consideram que o *Congo* de Vila Bela é hoje um dos mais preservados do Brasil. Desta forma, a *Festança* poderá passar de festa comunitária a um evento de alcance regional ou mesmo nacional, com todas as controvérsias que isso implica. Alguns já propõem a construção de um “congódromo”, com o que a *Festança*, que realiza o *Congo* e o *Chorado* pelas ruas da cidade, iria para dentro de ambiente fechado. Por outro lado, a população local já não sabe como manter a distribuição gratuita de comida, com a chegada de tanta gente de fora, que hoje participa das festas, mas não de sua preparação. Desta forma, a população vilabelense se depara com uma série de questões que poderão definir o destino do *lugar*.

Esse quadro, embora incompleto, evidencia a situação atual de alguns dos mais importantes bens culturais de potencial turístico do estado de Mato Grosso.

Sintomas de deterioração da paisagem e dos modos de vida tradicionais se insinuam por todos os espaços, desde a extirpação de vastas áreas de florestas, campos e cerrados, que têm seu contraponto na criação de Estações Ecológicas, Parques Nacionais e Estaduais, até o desrespeito para com essas áreas de proteção ambiental, praticado clandestinamente, com ou sem a conivência do Estado;

desde a implementação de empreendimentos lesivos, que além dos prejuízos ao ambiente, particularizam os lucros e socializam os danos, até projetos equivocados, que trazem mais danos do que benefícios. Aqui é oportuno lembrar Yázigi, que sobre esse verdadeiro processo de *desmanche da paisagem brasileira*, numa expressão quase poética, faz o seu lamento:

Minha terra não era assim tão áspera, nem seus lugares tão aviltados. De norte a sul a miséria, a pixação, o projeto mal feito, o lugar desamado. Mas que estigma em nosso retrato! (Yázigi, 2001, p.11).

O QUE TUDO ISSO TEM A VER COM O TURISMO

O quadro de deterioração da paisagem e da vida urbanas que se delineia, leva a questionar como esses bens culturais estão sendo tratados, ou seja, como estão sendo tratados os *lugares* mato-grossenses, as suas paisagens, as suas arquiteturas, as suas gentes? Como tal situação se relaciona com o turismo? Daí mais uma vez lembrar Yázigi, quando diz que “a deterioração da paisagem tem seu correspondente no cotidiano dos habitantes e funciona como elemento de repulsa ao turismo ou veraneio”(1999, p. 100).

Posturas de despreço em relação às qualidades próprias do lugar têm levado, de uma maneira geral, à sua despersonalização: o preconceito pelo que é antigo e pelas expressões próprias da terra; a sujeição às imposições dos padrões impostos pelo mercado e pelos meios de comunicação de massa; os modismos tecnológicos e a educação deficitária são alguns dos ingredientes que explicam o descaso e a indiferença frente às perdas da identidade cultural e do patrimônio.

No afã de se inserir, “globalizar-se”, ficam-se repetindo padrões que nada refletem no meio, que acabam tornando-se desinteressantes e até mesmo enfadonhos para o turista que fez todo um trajeto para finalmente chegar a um lugar com a cara de qualquer

outro em que ele já esteve, menos no lugar que ele pretendia ou que povoava o seu imaginário.

Do lado governamental, assiste-se recorrentemente à implementação de projetos que não privilegiam o patrimônio cultural, ou investe-se em empreendimentos “faraônicos”, enquanto esquece-se dos cuidados de conservação com o que já existe e está a se arruinar, ou empreendem-se intervenções equivocadas que o dinheiro permite. Muitas vezes, a falta de recursos acaba sendo menos perniciosa do que a aplicação de recursos de forma desastrosa.

Neste contexto, o patrimônio vai sendo aviltado antes mesmo de se transformar em produto turístico. Pires (1999) relaciona uma série de qualidades intrínsecas dos bens que são fundamentais para atraírem visitantes, tais como: identidade visual, representatividade, autenticidade, valor estético e valor didático. Ao turista não interessa deslocar-se, investir recursos, para encontrar um lugar sem *alma*, ou sem identidade.

Daí que o interesse turístico requer a conservação dos elementos diferenciadores e identificadores do lugar e, portanto, a valorização do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar um desenvolvimento turístico para o estado de Mato Grosso requer uma mudança de olhar sobre o patrimônio material e imaterial que o constitui.

O turismo, visto como atividade econômica, pode ser conduzido de forma sustentável, que se transforme em alternativa duradoura, desde que não se adote no estado a postura de se *aproveitar ao máximo o que resta*, ou *o que está mais fácil*, filosofia que pontua o nosso comportamento pioneirista-colonial.

O primeiro passo para a viabilização do turismo no Estado é deixar de considerá-lo secundário, privilegiando-o como atividade econômica que se sustenta na preservação ambiental e cultural. Sob

essa ótica, a conservação e a valorização do patrimônio passam a ser o meio através do qual a atividade torna-se possível.

Um turismo sustentável e promissor só pode nascer de uma relação de apreço com o espaço, iniciando-se pelo reconhecimento dos atributos próprios de cada ambiente - sua identidade espacial, paisagística e social - e pela importância de sua valorização.

Deverá ser priorizada a conservação da paisagem natural e dos elementos geográficos que referenciam todo um modo de vida que aí se instalou e se desenvolveu, tais como os próprios rios Cuiabá, Paraguai e Guaporé, e de significado simbólico, tais como morros, florestas, grutas e cachoeiras, além de sítios arqueológicos e outros tantos elementos com os quais a população local ou regional mantém uma relação de identidade.

Da mesma forma, as paisagens culturais construídas, referenciais históricos arquitetônicos e urbanos, pontes, praças e outros monumentos, além de todo um patrimônio cultural intangível e do próprio patrimônio social representado pela população, que deve ser incluída nessa ação, necessitam ser protegidos e valorizados. O turismo pode ser pensado como uma atividade orientada para o desenvolvimento social.

Os investimentos e as intervenções físicas, tanto nas cidades como nas áreas rurais, precisam ser planejados e executados em função da conservação dos bens de interesse turístico e mesmo conjugados ao seu aproveitamento sustentável, caso contrário, poderão acelerar ainda mais a sua descaracterização.

Inclui-se aí desde o desenvolvimento de uma relação de estima entre o cidadão e o ambiente, até a criação de instrumentos de proteção e, ainda, o direcionamento das políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, para a valorização da identidade ambiental e cultural dos *lugares*. No caso de Mato Grosso, como fronteira agrícola e industrial do país, torna-se ainda necessário o redirecionamento de seus instrumentos de controle ambiental para a *conservação*, como tarefa prioritária.

A constituição de instrumentos como as leis orgânicas municipais, as leis de uso e ocupação do solo, propicia aos municípios assumirem o papel de principais protagonistas na construção da paisagem, conforme Yázigi 1999, priorizando ou não os seus patrimônios, contemplando ou não os aspectos que lhes são próprios.

Nos níveis estadual e federal, outros instrumentos e condutas, tais como o controle ambiental e os mecanismos de proteção ao patrimônio cultural, poderão definir o destino de muitos bens, à medida que adotarem como orientação primordial a conservação e valorização desses bens, garantindo o crescimento de sua importância e significado, ou, ao contrário, priorizando projetos que concorrem para o seu gradativo empobrecimento ou mesmo para o seu desaparecimento total.

Há que se abrandar a avidez desmesurada pelo *ouro da terra*, representado hoje por atividades econômicas implantadas ao custo da extirpação de patrimônios não-renováveis. É preciso ter em mente que a destinação do patrimônio - seja ele natural seja cultural - para determinado tipo de aproveitamento econômico inviabilizará o seu aproveitamento por outras formas ou para outros fins. Cada nova atividade ou empreendimento demanda uma decisão governamental sobre um bem, que poderá selar para sempre o seu destino, extinguindo-o, empobrecendo-o e degradando-o, ou, ao contrário, dando-lhe um uso econômico compatível com a *conservação* e consolidando-o como recurso cultural sustentável.

NOTAS

¹ - Arquiteta, Mestre em Arqueologia, Doutoranda pelo MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; técnica em preservação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

² - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura.

REFERÊNCIAS

- AVIGNI, Carlos Marcos. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César (Orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S.A, 1999 p. 102-106.
- BARROS, Sílvio Magalhães. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. In: LAGE, Beatriz H. G. & MILONE, P. C. (orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S.A., 1999: 85-93.
- DE PINHO, Raquel Tegon & MIGLIACIO, Maria Clara. **Mapeamento do centro histórico de Cáceres**. Comunicação. 53ª Reunião Anual da SBPC. Salvador, 2001.
- FREIRE, Marcus Vinícius De Lamonica & CONTE, Claudio Quoós. **Ruínas da Igreja Matriz e Palácio dos Capitães-Generais – Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso**. Cuiabá: 18ª SubRegional do IPHAN, 2002.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1999, p.. 117-127.
- PIRES, Mário Jorge (1999). Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S. A, 1999, p. 109-116.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável – turismo cultural, ecoturismo e ética**. Título original: **Sustainable Tourism Management (tradução Saulo Krieger)**. São Paulo: Aleph, 2000.
- YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1999.
- _____. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Diagnóstico de trecho circunscrito no contorno do município de Vila Bela e Ponte**

sobre o Rio Guaporé, jazidas (J-1) e área de empréstimo. São Paulo, 2002, mimeo.